

O Novo Cruzado e o velho arrocho

O Plano Verão anuncia um longo inverno para os trabalhadores. Desta vez o confisco salarial bateu recordes que pertenciam ao Plano Cruzado e ao Plano Bresser, com uma perda salarial média que supera os 50%. Tudo em nome do combate à inflação, cujas causas mais profundas, mais uma vez, não foram atingidas.

Este choque econômico representa uma iniciativa desesperada de um governo que chega às vésperas de seu fim rotulado pela incompetência e pela submissão aos banqueiros internacionais. A busca de fôlego para enfrentar a sucessão presidencial orientou Sarney e seus ministros nesta empreitada.

LEVANDO A PIOR

Mais uma vez os trabalhadores é que vão sair perdendo com o Plano. Na verdade o congelamento é só de salários, cujo reajuste é irrisório e insuficiente. Os empresários tiveram tempo de sobra para remarcar preços e "se preparar" para o choque, pois novembro e dezembro é época de preços altos. Vale lembrar que esta foi a terceira vez que os salários foram reajustados pela média, o que, matematicamente, aproxima os salários reais de 30%.

OBJETIVOS

Os verdadeiros objetivos do Plano Verão não foram revelados pelo governo. Na realidade trata-se da implementação da cartilha do Fundo Monetário Internacional — FMI — com algumas sutilezas.

O pacote aprofunda a política de privatizações, que ganhou o delicado nome de "desestatização" e "Liquidação de empresas". O combate ao déficit público será feito com o dinheiro dos trabalhadores, pois o Caixa Único que vai ser administrado pelo Ministério da Fazenda é composto também com recursos do Fundo de Garantia, PIS, PASEP, etc... Os cortes que pretendem garantir que o governo "só gaste o que arrecadar" são essencialmente em investimentos de cunho social, permanecendo os privilégios, os "incentivos", e até a construção da ferrovia Norte-Sul. Além disso, "enxugar a máquina" com 60 mil demissões vai acarretar um problema social muito maior do que conter o déficit público.

SANGRIA

Na essência, a causa principal do déficit saiu ilesa. Foi preservada a sangria de recursos para os bancos do exterior, pois é isso que pretendem quando falam em reforçar a balança comercial: ter dólares para pagar a dívida externa.

Por tudo isso o Plano de Verão tem remotas possibilidades de dar certo. Por tudo isso as condições de vida dos trabalhadores vão ser rebaixadas mais uma vez. Por tudo isso os trabalhadores têm que se organizar para responder unificadamente a esta situação, e forjar uma política econômica que interesse à maioria da população.

Eletricitários terão grande perda salarial

Os empregados da ELETROSUL e CELESC vão receber apenas a URP de janeiro e, então, seus salários serão congelados. Isso acontece porque reajuste pela média não existe para os trabalhadores com data-base no segundo semestre.

Para os empregados da CELESC, depois da URP de janeiro ainda seria necessário um reajuste de 61,77% para repor as perdas desde a última data-base. Para os empregados da ELETROSUL, o reajuste necessário é de 54,32% para repor as perdas desde novembro passado.

A Intersindical deve discutir em breve a situação gerada pelo Choque de Verão para os eletricitários.

Confisco salarial bate recorde com o choque econômico. Os reajustes necessários para zerar as perdas salariais chegam a 61,77% na CELESC e 54,32% na ELETROSUL. As centrais sindicais já discutem um plano de resistência ao arrocho.



SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DE Fpolis

JORN. RESP. DRT/RS 6166

19/01/89

Resistir ao arrocho, forjar uma saída popular

Dante de tamanho confisco salarial os trabalhadores não podem ficar calados. É a terceira vez que este governo investe contra as condições de vida dos trabalhadores para defender interesses de banqueiros, grandes empresários e latifundiários.

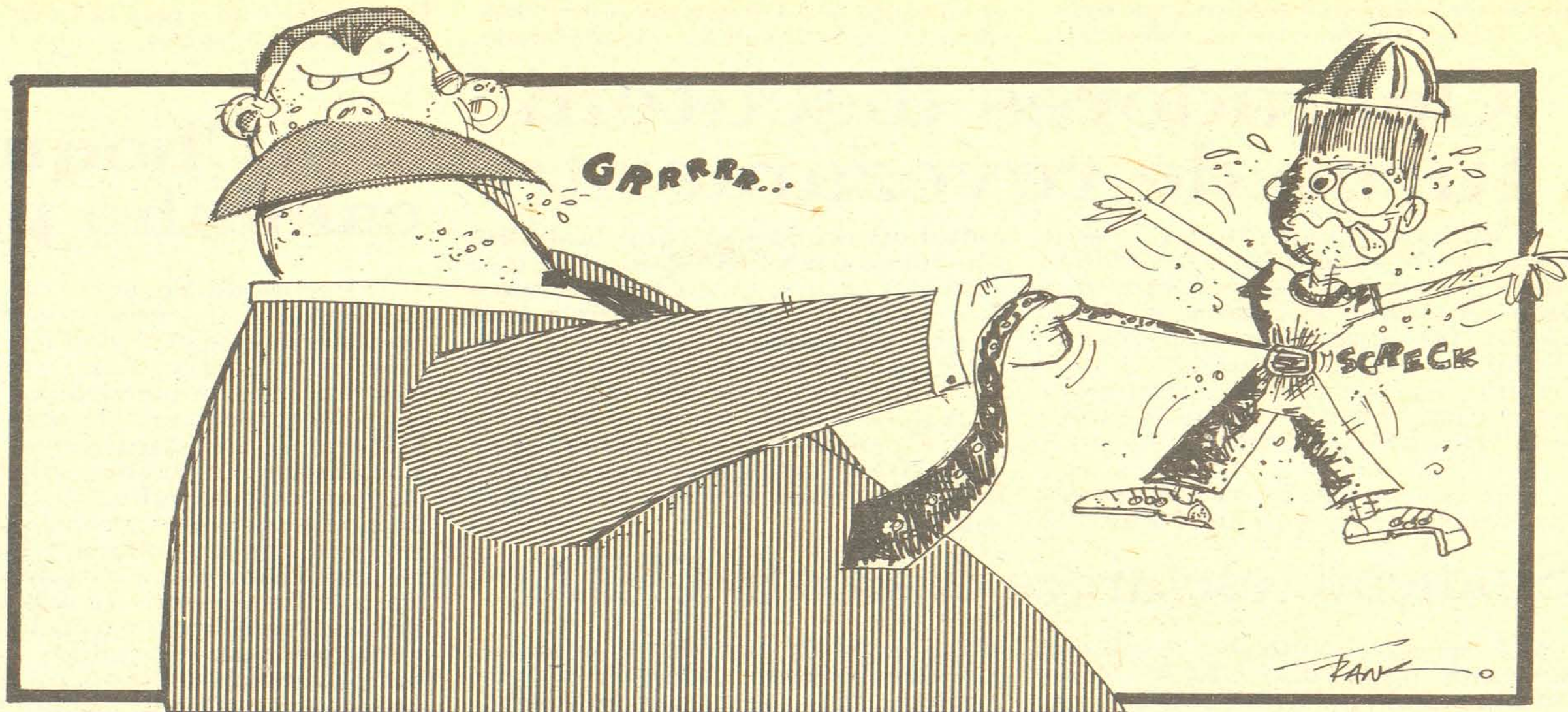
Por isso as centrais sindicais CUT e CGT já estão discutindo um plano de resistência ao arrocho, que

não descarta a Greve Geral como forma de luta. O presidente da CUT, Jair Meneguelli, afirmou na grande imprensa que desta vez não se deve ter em mente uma paralisação de 24 horas, como ocorreu outras vezes, mas uma mobilização que aponte efetivamente para a reposição das perdas.

A discussão sobre esta questão, no entanto, deve atingir a todos os

trabalhadores. Cada um deve ser um incentivador deste debate nos locais de trabalho em todos os cantos do país. Pois é assim que os trabalhadores vão conseguir responder a mais esta violência cometida contra a classe trabalhadora.

Só a mobilização dos trabalhadores pode levar a uma saída para a crise que interesse à maioria da população.



Os três mecanismos do arrocho salarial

Se o Choque Verão se mostrou incapaz de resolver a situação da economia brasileira, por outro lado, seus artífices se revelaram "experts" em arrochar salários. Desta vez, através de três mecanismos, o governo vai superar tudo o que já fez em termos de achatamento salarial, confiscando em média metade dos salários.

O primeiro dispositivo arrochante das Medidas Provisórias é o reajuste pela média da inflação e dos salários dos últimos 12 meses. Quando se tira a média de 12 meses,

na verdade estamos deixando de corrigir integralmente os salários, e cada vez que se tira a média os salários reais se aproximam de zero. A prova de que a média não corrige muita coisa é que muitas categorias que têm defasagens efetivas ficaram acima da média e não vão ter nenhum reajuste.

O segundo método de arrochar não é novo. É o "desaparecimento" da inflação de um mês inteiro do cálculo dos reajustes. Desta vez os "mágicos" do governo fizeram sumir a inflação de janeiro, que está sendo estimada em 50% pelo DIEE-

SE. Além disso a reposição de perdas anteriores a fevereiro de 89, frustradas as negociações, estão proibidas pelo Plano Verão.

O terceiro dispositivo arrochante é a modificação da forma do cálculo da inflação, que aumentará a de janeiro e possibilitará um pequeno índice em fevereiro. Esta manipulação é feita pelos artigos 9 e 10 da Medida. Este dispositivo somado ao expurgo da inflação de janeiro causa a todos os trabalhadores, só em janeiro, uma perda de 19%, independente da data-base.

ELETROSUL insiste em punir com demissões e transferências

Durante a greve de novembro uma das preocupações da diretoria da ELETROSUL era o período pós-greve, o "day after", pois era fundamental para o futuro da empresa uma volta ao trabalho tranqüila a fim de que as atividades voltassem quanto antes ao normal.

Este também sempre foi o entendimento dos sindicatos. Greve encerrada, acordo assinado e fim de qualquer tipo de pressão e de retaliação. Tanto assim que, durante as negociações, este foi o assunto mais aprofundado.

No dia 12 de dezembro, 2ª feira, os empregados voltaram às suas atividades, e a partir daí, iniciativas vingativas e irresponsáveis começaram a pipocar, levando os sindicatos a intercederem junto ao presidente da ELETROSUL, através de um documento que relatava as retaliações e lembrava o seu compromisso "de não haver nenhum tipo de punição pelo fato do empregado ter participado da greve".

Embora o presidente Paulo Melro na presença de todos os sindicatos e de toda a diretoria da ELETROSUL, tivesse reafirmado o seu compromisso de não punir, o que se viu na prática foi uma total falta de palavra, pois as retaliações continuaram.

CRONOGRAMA DA RETALIAÇÃO

DIA 10 — terça-feira

Em reunião da Intersindical, O Sindicato de Blumenau informa que existem fortes rumores de transferência

de operadores contratados e efetivos. Em Londrina, Salto Osório, Salto Santiago, Campos Novos e Itá também existem esses comentários.

DIA 11 — quarta-feira

Em audiência com o presidente da ELETROSUL os sindicatos são informados de que os operadores efetivos seriam transferidos e os contratados seriam demitidos. O motivo: **contenção de despesas**. Tal argumentação não se sustenta diante da menor análise que se fizer, uma vez que a empresa está construindo 10.000m² para um novo prédio na sede, ampliou recentemente os barracos, além de requisitar pessoal através de anúncios em jornais e concursos que foram feitos no mês de janeiro em Guarapuava, Tubarão, Alegrete, etc... (Ver matéria Carta Marcada). O presidente reconheceu a debilidade de sua argumentação e prontamente alegou que era um problema de "AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO". Mais uma vez os sindicatos contra-argumentaram, pois há alguns anos que não se ouve falar em avaliação de desempenho dentro da ELETROSUL. Diante disso o presidente colocou que desconhecia esses detalhes, e que os sindicatos deveriam procurar o Diretor Administrativo em exercício, Sílvio Roratto. O DA em exercício, pouco disse, defendendo sempre que o problema era de baixo desempenho. Foram então solicitadas as fichas de avaliação dos empregados envolvidos, e o DA em exercício disse que não eram de sua responsabilidade.

DIA 12 — quinta-feira

Os sindicatos buscam uma nova reunião com o presidente, pois as demissões e as transferências começam a se consumir de fato. Operadores efetivos, com 14 anos de trabalho, são chamados na sede para serem aproveitados em outras diretorias, como por exemplo no DA e até mesmo no DF, esquecendo a empresa que esta é uma mão-de-obra superespecializada, na qual foram feitos investimentos altíssimos.

O presidente informa que a decisão é da diretoria.

DIA 13 — sexta-feira

Em reunião com o DO, mais uma vez o Sindicato busca reverter o quadro via administrativa, pois a origem

das demissões e das transferências era no DO. Desde a época das negociações todas as dificuldades de se fechar um acordo sem punições residiam em convencer o Diretor de Operação e seu staff (Clóvis, Tito, Calae, Bins, Caldas e outros) de que quando se encerra uma greve se bota uma pedra em cima do que tenha ocorrido.

Lamentavelmente não é assim que pensa o DO. Embora alegue, como alegou o presidente e o DA, que se trata de **avaliação de desempenho**, nota-se firme propósito de punir ao máximo todos aqueles operadores que participaram da greve de agosto e novembro. A tentativa foi em vão, a conversa não deu em nada.

Para reverter a falta de palavra

A Intersindical reunida no dia 18, tirou as seguintes deliberações:

1 - Enviar um encaminhamento ao presidente da ELETROSUL, exigindo a suspensão dos atos punitivos: transferências à revelia, advertências, afastamentos e demissões sem justa causa.

2 - Divulgar amplamente na categoria tudo o que está acontecendo, denunciando a Diretoria da ELETROSUL pelo descumprimento do acordo e pela falta de palavra de seus diretores.

3 - Fazer um trabalho junto à classe política, Ministro de Minas e Energia, governadores dos Estados, imprensa, etc., sobre o procedimento irresponsável da Diretoria da ELETROSUL, que não cumpre seus compromissos e insiste em punir seus empregados que, exercendo um direito constitucional participaram da greve de novembro.

4 - Tirar, a curto prazo, assembleias nos quatro estados para discutir com a categoria os rumos a serem tomados, visando reverter essa situação.

Operadores discutem turno de revezamento

A implantação do turno de seis horas para os setores que trabalham no regime de revezamento está causando polêmica na CELESC. Os empregados que trabalham nas áreas de operação e distribuição não concordam com a forma unilateral com que a CELESC vem tratando o assunto.

Por isso a Intersindical deverá convocar para breve uma plenária

Sindicato esclarece desconto CELOS

O desconto havido no 13º salário dos empregados da CELESC, continua criando polêmica. Mais uma vez, torna-se necessário esclarecer que:

1 - Os recursos utilizados para pagar o 13º dos aposentados saíram da Empresa e não da contribuição do pessoal da ativa.

2 - O Sindicato não é contra a formação de um fundo que melhore as condições dos aposentados, mes-

estadual do pessoal que trabalha em turno para fechar uma posição definitiva dos empregados para que se abra negociação com a Empresa, buscando chegar a uma posição que não prejudique ninguém e garanta o direito constitucional.

A aplicação do turno como a CELESC deseja causaria sérios transtornos aos empregados, especialmente no que diz respeito a transporte.

mo porque no futuro todos os empregados irão se aposentar e se beneficiar das melhorias que estão sendo conquistadas pelos aposentados.

3 - O que a entidade não concorda e até mesmo repudia é que descontos sejam feitos sem o devido esclarecimento e a devida autorização dos filiados da fundação, como aconteceu recentemente com o desconto no 13º salário do pessoal da ativa.

Choque Verão abre caminho para privatizações

O Pacote de Verão regulamentou ainda uma medida provisória que autoriza o Executivo a privatizar, sob a coordenação, supervisão e fiscalização de um Conselho Federal de Desestatização. Com o auxílio dos dois milhões de dólares do Banco Mundial e a retaguarda de medidas que já preparavam o terreno, como a Reforma Bancária no setor financeiro estadual, chegou finalmente a hora de abrir definitivamente o capital para o setor privado, extinguir simplesmente e acima de tudo demitir muitos empregados. Bem como previa a cartilha do FMI.

Nove estatais serão extintas, outras seis terão seu patrimônio alienado total ou parcialmente e caso isso não ocorra, em 90 dias,

serão também dissolvidas. Quem ficar ainda vai ter seus salários atrasados quinze dias. A justificativa apresentada é de que a União precisa adaptar seus gastos com pessoal ao limite de 65% da receita. O Pacote ainda pretende em dois meses dar sumiço em 60 mil empregados de órgãos públicos. Só escapam desta malha fina 11 instituições "por ser de imperativos de segurança nacional e relevantes interesses coletivos". Tudo em nome do enxugamento da máquina.

Como afirma o Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, com tudo isso "quem ganha é o setor privado que executa investimentos em empreendimentos já maturados e de rápido retorno econômico".

Cartas Marcadas

O deputado José Fortunatti (PT do RS), está surpreso com a eficiência da equipe de seleção e recrutamento da ELETROSUL. Em Alegrete, sábado dia 14, às 17 horas houve um concurso público para preencher 12 vagas (provavelmente 12 demitidos por terem participado da greve). Havia 1065 inscritos, num concurso que estava

com uma redação e outras questões escritas. No domingo, às 10 horas da manhã, o resultado já tinha saído. Ou seja, durante a noite foram "corrigidas" 1065 provas. O deputado cobrou do escritório da ELETROSUL, em Porto Alegre, uma posição sobre os critérios de indicação. Não obteve resposta. A luta vai continuar: Chega de trapassa.

**Não reclame do arrocho,
lute contra ele**